



Simulado Especial

Polícia Federal

Agente Administrativo

Pré-Edital

Simulado

Simulado Especial Polícia Federal (Agente Administrativo)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Agente Administrativo da Polícia Federal**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/rsQPKWdCnkFGnRZk9>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategi.ac/8j8ruv>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**PORTUGUÊS E REDAÇÃO OFICIAL***Janaína Arruda*

No século 21, eu acredito que a missão da Organização das Nações Unidas (ONU) será definida por uma consciência nova e mais profunda da santidade e da dignidade de cada vida humana, independentemente de raça ou religião. Isso irá requerer que levemos o nosso olhar para além da estrutura dos Estados, ou da simples superfície de nações ou comunidades. Devemos focar, como nunca, a melhoria das condições de vida de homens e mulheres, individualmente, que dão ao Estado ou à nação a sua riqueza e o seu caráter.

Neste novo século, devemos começar pela compreensão de que a paz pertence não somente aos Estados ou povos, mas também a cada um e a todos os membros dessas comunidades. A soberania dos Estados não mais deverá ser utilizada como um escudo contra grandes violações aos direitos humanos. A paz deve ser real e tangível no dia a dia de cada indivíduo que dela necessite. Devemos buscá-la, acima de tudo, pelo fato de ser a condição para que cada membro da família humana possa levar uma vida de dignidade e segurança.

A lição do século passado nos fez entender que ameaçar ou atropelar a dignidade do indivíduo — como naqueles países onde o cidadão não desfruta do direito básico de escolher o seu governo, ou do direito de o escolher regularmente — resultou em conflitos, perdas de civis inocentes, vidas abreviadas e comunidades destruídas.

Com efeito, os obstáculos à democracia têm muito pouco a ver com cultura ou religião, e muito mais com o desejo daqueles que se encontram no poder e querem manter sua posição a qualquer custo. Não se trata de um fenômeno novo nem restrito a uma parte específica do mundo. As pessoas de todas as culturas prezam por sua liberdade de escolha e sentem a necessidade de ter direito de voz nas decisões que afetam suas vidas.

Kofi Annan [secretário-geral das Nações Unidas], 10 dez. 2001. In: Jerzy Szeremeta. Participação genuína na era da tecnologia de informação e comunicação (TIC). Fundação Luís Eduardo Magalhães. Gestão pública e participação. Cadernos da FLEM. 20.ª ed. Salvador: FLEM, 2005, cap. III, p. 105-6 (com adaptações).

01. O texto apresenta-se como predominantemente expositivo, uma vez que faz uso de exemplos de situações vivenciadas em diferentes países para trazer informações acerca do século XXI.
02. Segundo o texto, o Estado deve exclusivamente prover aos cidadãos segurança e paz dentro das comunidades, de modo a não repetir as lições do século passado.
03. A garantia da participação dos indivíduos e da sociedade em geral nas decisões que envolvem a política deve ser também uma busca no século XXI.
04. Infere-se do texto que a ONU apresentará uma missão no século XXI remodelada a partir de uma forma de pensar acerca de cada indivíduo de modo aprofundado quanto à dignidade.
05. Conforme o texto, a manutenção no poder daqueles que são um obstáculo à democracia teve como causa os conflitos, as vidas abreviadas e as comunidades destruídas.
06. A palavra destacada no trecho “Devemos focar, como nunca, a melhoria das condições de vida de homens e mulheres, individualmente, **que** dão ao Estado ou à nação a sua riqueza e o seu caráter” tem como referente “condições”, o que justifica a concordância do verbo “dão” no plural.
07. No início do segundo parágrafo, a alteração do adjetivo “novo” para depois do termo “século” manteria a correção gramatical e o sentido original do texto.
08. O termo “Isso” no início do segundo período no primeiro parágrafo do texto retoma “consciência” no período anterior.

09. A substituição dos travessões por vírgulas no terceiro parágrafo comprometeria a correção gramatical do texto.

10. No trecho “como naqueles países onde o cidadão não desfruta do direito básico de escolher o seu governo, ou do direito de o escolher regularmente” o pronome “o” antes de “escolher” poderia ser suprimido do texto sem causar prejuízo ao sentido original do texto.

Tendo em vista o Manual de Redação Oficial da Presidência da República, analise as assertivas.

11. O cabeçalho em um documento padrão ofício deve estar localizado à margem direita do documento.

12. Os atributos da clareza e da concisão é o que caracteriza o critério de impessoalidade dos documentos oficiais.

13. Com o avanço das novas tecnologias, o email tornou-se uma forma de comunicação muito comum na administração pública e, assim como em outros tipos de documentos, nele deve ser empregada a linguagem formal e não se devem usar recursos como emojis.

14. Nos textos oficiais, os vocativos usualmente empregam em sua estrutura a forma de tratamento Senhor, Senhora ou Caro cidadão.

15. Em expedientes cuja estrutura é a do padrão ofício, o fecho deve ser feito por meio dos termos “Respeitosamente” ou “Atenciosamente”.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

16. No Word, o recurso de comentário deve ser utilizado para colocar notas informativas no fim do texto ou no fim da página.

17. Na planilha eletrônica Excel, podemos utilizar a Referência Absoluta que consiste em colocar o \$ (cifrão) antes de cada elemento do endereço da célula (coluna e linha) para fixar os mesmos e evitar que sejam alterados quando arrastados

18. No Powerpoint existe o recurso chamado Slide Central que deve ser utilizado como slide base para apresentações. Alterações realizadas nele serão automaticamente refletidas em toda a apresentação.

19. O serviço de FTP, amplamente utilizado para possibilitar o acesso a distância entre equipamentos, só pode ser utilizado mediante o uso de senha.

20. Backup consiste na realização de cópias de segurança de dados para que, em caso de sinistro, os mesmos possam ser recuperados. A boa prática determina que devemos ter várias cópias e armazená-los em locais físicos distintos.

21. A contratação de desenvolvimento na arquitetura em nuvem pode ser considerada uma forma de entrega de serviço do tipo PaaS

RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin*

Considere as proposições P1, P2 e C:

P1: Se Breno é antropólogo e Raimundo é administrador, Adriano não é engenheiro.

P2: Se Breno é antropólogo e Adriano é engenheiro, Raimundo não é administrador.

C: Se Raimundo é administrador e Adriano é engenheiro, Breno não é antropólogo.

Com base nessas informações, julgue os itens **22** a **24** a seguir.

22. A proposição P1 é equivalente a "Se Adriano é engenheiro, Breno não é antropólogo e Raimundo não é administrador".

23. A negação da proposição P2 pode ser descrita por "Breno é antropólogo, Adriano é engenheiro e Raimundo é administrador".

24. Um argumento que tenha P1 e P2 como premissas e C como conclusão será um argumento válido.

Uma escola oferece aos seus alunos do Ensino Médio três matérias extracurriculares: Matemática em Nível Olímpico, Microeconomia e Robótica. Dos 300 alunos do Ensino Médio, foram registradas as seguintes matrículas:

- 140 em Matemática em Nível Olímpico;
- 90 em Microeconomia;
- 120 em Robótica;
- 50 em Matemática em Nível Olímpico e Microeconomia;
- 70 em Matemática em Nível Olímpico e Robótica;
- 60 em Microeconomia e Robótica;
- 30 nas três matérias.

Com base nessas informações, julgue os itens **25** a **27** a seguir.

25. A quantidade de alunos do Ensino Médio que se matricularam apenas em Microeconomia é inferior a 20.

26. Com base nos dados disponíveis, não há como se determinar a quantidade de alunos que não efetuaram matrícula em nenhuma das três matérias.

27. Ao se escolher um aluno ao acaso, a probabilidade de ele estar matriculado em apenas duas das três matérias será maior do que a probabilidade de ele estar matriculado apenas em Matemática em Nível Olímpico.

ATUALIDADES*Leandro Signori*

Analise os textos a seguir:

"Big techs, capitalismo selvagem e o ataque de Elon Musk à democracia"

A polêmica recente envolvendo o magnata Elon Musk e suas declarações que afrontam o Judiciário brasileiro expõe complexidades da era digital, com desafios e graves ameaças da tecnologia às democracias e à governança global."

Le Monde Diplomatique Brasil. Acesso em 11 de maio de 2024.

"O conceito de democracia evoluiu (e segue evoluindo) de acordo com a busca pela superação de determinados desafios políticos do momento, como durante o controle aristocrático das cidades-Estado na Grécia Antiga, a monarquia absolutista na Europa moderna e os governos autoritários (militares, fascistas e nazistas) no século XX. Na Era Digital em que vivemos não seria diferente, sendo a internet e, particularmente, as mídias sociais um novo desafio imposto para o pensamento da democracia."

Os desafios impostos pelas mídias sociais à democracia, Beatriz Walid de Magalhães Naddi. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br>.

As redes sociais configuram uma parte crítica da discussão e do debate público contemporâneo. Sendo assim, é de interesse público entender como essas plataformas afetam o debate democrático. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir em C ou E (certo ou errado):

28. A regulamentação rígida das redes sociais por parte dos governos é apontada como a única forma eficaz de combater a disseminação de *fake news* e a manipulação da opinião pública, pois garante o controle estatal sobre a informação.

29. A falta de uma legislação específica no Brasil para lidar com os desafios trazidos pelas redes sociais têm sido compensada pela atuação eficaz do Marco Civil da Internet, que estabelece regras claras sobre a responsabilidade das plataformas online.

30. Uma das formas de manipulação da opinião pública nas redes sociais é o uso de bots, que são contas controladas por software que buscam imitar o comportamento humano e interferir em debates espontâneos, minando a confiança nas instituições democráticas.

31. A disseminação de *fake news*, definidas como informações fabricadas e publicadas deliberadamente para enganar e induzir terceiros a acreditar em falsidades ou colocar em dúvida fatos verificáveis, é um fenômeno exclusivo das redes sociais modernas, não tendo precedentes históricos de manipulação da opinião pública por meio da desinformação.

Os temporais que atingem o Rio Grande do Sul desde 29 de abril já deixaram 148 pessoas mortas, até o dia 14 de maio, segundo dados da Defesa Civil acrescida de órgãos locais, como Corpo de Bombeiros, prefeituras e Brigada Militar. As áreas mais atingidas são as regiões Central, dos Vales, Serra e Metropolitana de Porto Alegre.

A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir em C ou E (certo ou errado):

32. Em razão da falta de evidências científicas confiáveis, muitos cientistas acreditam que não há razão para acreditar o ser humano e suas atividades econômicas como causadores das mudanças climáticas globais, e, portanto, que o fenômeno dos eventos climáticos extremos, como as chuvas torrenciais ou secas prolongadas, devem ser combatidos sob outro viés e outra perspectiva.

33. A impermeabilização do solo em áreas urbanas é apontada como uma das principais causas do aumento das enchentes que ocorreram no Rio Grande do Sul e que tem ocorrido frequentemente no Brasil, pois diminui a capacidade de escoamento e infiltração da água das chuvas.

34. Devido à falta de planejamento urbano e a ocupação de áreas de risco em função da segregação socioespacial, as enchentes e os deslizamentos de encostas são fenômenos que ocorrem apenas em áreas urbanas.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Tomando por base as regras normativas sobre ética e os servidores públicos, julgue os itens a seguir.

35. Exige-se que o servidor público apresente comportamentos e atitudes direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos apenas no exercício de seu cargo ou função, visto que fora dele não age na qualidade de servidor público.

36. O servidor público está autorizado a omitir a verdade para defender os interesses da Administração Pública.

37. A ação disciplinar contra servidor público que se ausenta de forma intencional por mais de 30 dias consecutivos prescreverá em cinco anos.

38. Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor indenizações, gratificações e adicionais, sendo que todas estas vantagens se incorporam ao seu vencimento.

Tomando por base a disciplina atinente à organização administrativa e à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

39. É objetiva a responsabilização civil dos servidores por prejuízos causados a terceiros no exercício de suas atividades funcionais.

40. Dano causado por funcionário de sociedade concessionária de fornecimento de água a terceiro que não seja usuário do serviço público enseja a responsabilização objetiva da concessionária e subsidiária do poder concedente.

41. Órgãos públicos representam estruturas criadas por lei, mas extintas por lei ou decreto, considerando-se a incidência do princípio da legalidade, não da reserva legal.

42. Para a teoria da representação, o agente público é mandatário da pessoa jurídica, razão pela qual sua conduta é atribuída ao Estado.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

43. Com relação aos princípios fundamentais, julgue o item a seguir:

A República Federativa do Brasil, formada pela União, pelos Estados, pelos municípios e pelo Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como objetivos fundamentais os valores sociais do trabalho e a liberdade de expressão.

44. Em relação à aplicabilidade das normas, julgue o item que se segue.

As normas constitucionais consideradas como não autoaplicáveis possuem eficácia jurídica.

45. Em relação a nacionalidade, julgue o item a seguir:
Zeca, brasileiro nato, e Juan, brasileiro naturalizado, foram acusados e condenados pela prática de um crime ocorrido na Argentina. Diante disso, o país solicitou a extradição de Zeca e Juan ao Brasil. Apenas Juan poderá ser extraditado, desde que se trate de crime comum praticado depois da naturalização.

46. Em relação a nacionalidade, julgue o item a seguir:
A renúncia da nacionalidade, por meio de pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária.

47. Julgue o item no que tange aos direitos políticos previstos na Constituição Federal de 1988.

Daniel, policial militar há 15 anos no Estado Alfa, é alistável e deseja concorrer nas próximas eleições ao cargo de Deputado Estadual. Nessa situação, Daniel é elegível e será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

48. Em relação à organização político-administrativa do Estado, julgue o item a seguir:

Os estados poderão, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para a integração da organização, do planejamento e da execução de funções públicas de interesse comum.

49. Com relação ao Poder Executivo, julgue o item a seguir.

Tício, Presidente da República, praticou um crime de homicídio, no contexto de violência doméstica, em uma briga familiar e em casa, contra sua esposa. Em razão disso, o caso ganhou repercussão nacional e internacional e há intensa pressão popular para a repressão desse grave delito.

Nesse caso, ainda que a denúncia seja recebida, Tício não poderá ser afastado de suas funções.

50. Levando em consideração e o entendimento do STF a respeito de segurança pública, julgue o item a seguir.

O exercício do direito de greve por policiais civis apenas é aceito pela Constituição Federal quando comprovadamente não gerar prejuízo para a segurança pública.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

51. O planejamento é a função administrativa que define os objetivos e decide sobre recursos e tarefas necessários para alcançar esses objetivos. Os planos estratégicos envolvem toda a organização, sendo direcionado a longo prazo, focaliza o futuro e a ação global e os planos táticos compreendem cada tarefa/atividade, sendo direcionado a curto prazo, focaliza o presente e a ação específica.

52. Acerca dos fundamentos da estratégia organizacional e da medição e controle de seu desempenho, julgue o seguinte item.

O Balanced Scorecard – BSC é um sistema de controle e gestão do desempenho organizacional, cujo objetivo é relacionar o mapeamento estratégico da organização com um conjunto de indicadores de desempenho, promovendo interligações entre as diversas áreas. Na implantação desse sistema, é necessário construir alguns elementos conceituais, para que se promova o acompanhamento da gestão estratégica, a exemplo dos cenários, que permitem uma análise e acompanhamento das prospecções futuras.

53. Acerca da gestão de projetos, conceitos, características e etapas, e planejamento estratégico, avalie o seguinte item.

Para realizar projetos é necessário concentrar esforços nas entregas maiores e alcançáveis, cujos prazos possam ser cumpridos, relacionando desde as entregas micro até as macroentregas.

54. Acerca da gestão de projetos, conceitos, características e etapas, e planejamento estratégico, avalie o seguinte item.

As partes interessadas de um projeto incluem o gerente funcional, que fornece recursos e suporte para o projeto, designa o gerente de projeto, autoriza mudanças no escopo, determina prioridades e monitora o projeto junto com o gerente de projeto.

Acerca da gestão de processos, gestão da qualidade e ferramentas de gestão, avalie o item a seguir.

55. A definição de indicadores, a realização de treinamentos e elaboração do plano de ação para melhoria são etapas da fase de planejamento do ciclo PDCA.

Acerca da gestão de processos, gestão da qualidade e ferramentas de gestão, avalie o item a seguir.

56. No processo de resolução e controle de problemas de qualidade pode-se utilizar o histograma como ferramenta para apresentar uma distribuição de frequência dos eventos de forma gráfica, facilitando sua compreensão.

Acerca da gestão de processos, gestão da qualidade e ferramentas de gestão, avalie o item a seguir.

57. O benchmarking é uma tecnologia de mudança utilizada para avaliar, comparar e identificar o *gap* de desempenho e obter vantagem competitiva. O benchmarking abraça a ideia de processo, contínuo e sistemático, e pode ser realizado de forma interna, competitiva ou funcional.

Acerca da gestão da qualidade e da excelência na gestão pública, avalie o item a seguir.

58. O modelo de excelência preconizado pelo Fundação Nacional de Qualidade apresenta como fundamento a adaptabilidade que se refere à capacidade de interdependência entre os diversos componentes que interagem com a organização e afetam o alcance dos objetivos e estratégias.

Acerca da gestão por resultados, a evolução dos modelos e os diversos aspectos da administração pública moderna, julgue o item a seguir.

59. O exercício da Governança Pública implica o aumento da importância do uso de critérios técnicos e racionais nos processos de decisão.

Acerca da gestão por resultados, a evolução dos modelos e os diversos aspectos da administração pública moderna, julgue o item a seguir.

60. A administração gerencial constitui uma modernização do Estado burocrático, mantendo o foco no planejamento das políticas públicas e na atuação empresarial do Estado.

Acerca do plano de reforma do aparelho do estado, avalie o item a seguir.

61. A dimensão cultural da reforma do aparelho do Estado visava mudar valores arraigados nas organizações públicas, como a desconfiança generalizada, que caracteriza a administração burocrática, para uma confiança prévia no administrador público, próprio da administração gerencial.

Acerca da evolução dos modelos e das reformas da administração pública, avalie o item.

62. Os modelos de gestão pública evoluíram com vistas ao atendimento das necessidades do cidadão. A ideia de que governar é administrar corresponde ao paradigma da administração pública burocrática.

Acerca dos conceitos de accountability, governança e governabilidade, avalie o item a seguir.

63. O termo accountability está associado à obrigação de prestação de contas e de responsabilização dos gestores públicos. O tipo de accountability que representa o controle mútuo entre os Poderes da República, a exemplo de quando o Poder Judiciário fiscaliza o Poder Executivo é chamado de accountability horizontal.

Acerca dos instrumentos de contratualização de resultados e supervisão na administração pública, julgue os itens a seguir.

64. São exemplos de instrumentos de contratualização na área pública os contratos de gestão e os termos de parceria celebrados com OSs e OSCIPs, respectivamente.

Acerca do empreendedorismo governamental e as novas práticas de governança na administração pública, julgue os itens a seguir.

65. O empreendedorismo governamental é um modelo de administração pública fundamentado no estabelecimento de objetivos e metas que visem à qualidade do serviço prestado pelos entes públicos, com avaliação permanente de resultados, sem transferência de poder aos cidadãos, em razão da responsabilidade institucional prevista no modelo.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

66. O Plano Plurianual (PPA), conforme disposto na Constituição Federal de 1988, deve estabelecer de forma detalhada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para despesas de capital e outras delas decorrentes, além das despesas de custeio.

67. O PPA é um instrumento de planejamento de médio prazo, fundamental para assegurar a continuidade das políticas públicas e para orientar a elaboração das leis anuais de orçamento (LDO e LOA).

- 68.** A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem a função de estabelecer as metas e prioridades da administração pública e os objetivos de política monetária, creditícia e cambial, além de fixar limites para as despesas com pessoal e dispor sobre a dívida pública.
- 69.** A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, embora não trate de critérios e formas de limitação de empenho, à qual compete à Lei Orçamentária Anual.
- 70.** Os créditos adicionais extraordinários destinam-se a despesas urgentes e imprevistas, podendo ser abertos sem a necessidade de autorização legislativa.
- 71.** Uma das fontes necessárias para a abertura de créditos adicionais extraordinários é o superávit financeiro do exercício anterior, incluindo recursos de operações de crédito contratadas.
- 72.** As emendas parlamentares ao projeto de lei orçamentária anual podem ser aprovadas mesmo que não indiquem os recursos necessários para sua execução.
- 73.** De acordo com a Constituição Federal, as emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária anual são invariavelmente de execução obrigatória.
- 74.** As receitas públicas são classificadas exclusivamente quanto à sua natureza econômica em correntes e de capital.
- 75.** As despesas públicas são classificadas quanto ao indicador de resultado primário em obrigatórias de caráter continuado e discricionárias.
- 76.** No contexto das despesas públicas, a classificação quanto ao impacto na situação líquida pode ser dividida em despesas efetivas e não efetivas, sendo estas que geram fatos modificativos diminutivos nas contas públicas.
- 77.** Receitas públicas originárias são as originadas pelo poder público por meio da soberania estatal e decorrem de norma constitucional ou legal e, por isso, são auferidas de forma impositiva, como, por exemplo, as receitas tributárias e as de contribuições especiais.
- 78.** Os ingressos extraorçamentários não alteram o patrimônio do ente público, bem como não aumentam o saldo patrimonial.
- 79.** Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- 80.** Compete ao Plano Plurianual dispor sobre o efeito esperado e a compatibilidade, no período de 10 (dez) anos, do cumprimento das metas de resultado primário sobre a trajetória de convergência da dívida pública.
- 81.** O elemento organizativo central do plano plurianual (PPA) é o programa, que representa um conjunto articulado de ações orçamentárias, na forma de projetos, atividades e operações especiais, e ações não orçamentárias, com intuito de alcançar um objetivo específico.
- 82.** Com relação ao instituto dos restos a pagar, a continuidade dos estágios de execução dessas despesas ocorrerá no próximo exercício, devendo ser controlados em contas de natureza de informação orçamentária específicas.

NOÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS NAS ORGANIZAÇÕES*Rodrigo Rennó*

- 83.** A gestão de pessoas é uma função exclusivamente do departamento de Recursos Humanos e não necessita da participação de outros setores da organização.
- 84.** A função do órgão de Gestão de Pessoas inclui a definição de políticas de recrutamento, seleção, treinamento e desenvolvimento de funcionários.
- 85.** A avaliação de desempenho é uma ferramenta utilizada apenas para determinar aumentos salariais e promoções dentro da organização.
- 86.** A liderança situacional é um estilo de liderança que se adapta às necessidades do grupo e ao contexto específico, variando conforme a situação.
- 87.** A motivação dos funcionários é exclusivamente influenciada por fatores financeiros, como salários e bônus.
- 88.** As políticas de Gestão de Pessoas devem estar alinhadas com os objetivos estratégicos da organização para serem eficazes.
- 89.** Atribuições básicas do órgão de Gestão de Pessoas incluem o desenvolvimento de um ambiente de trabalho saudável e a promoção de práticas de bem-estar para os funcionários.
- 90.** O comportamento organizacional ignora a influência das características individuais dos funcionários, focando apenas nas políticas e práticas institucionais.

NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA*Ricardo Campanário*

- 91.** Tão logo a correspondência sigilosa chega ao protocolo ela deve ser aberta e encaminhada ao seu destinatário seguindo as regras de urgência e segurança da instituição.
- 92.** Os métodos Ideográficos Alfabéticos podem ser divididos em Duplex, Decimal e Unitermo.
- 93.** O princípio da proveniência determina que, ao serem organizados, os documentos sejam mantidos na mesma disposição em que foram acumulados originalmente.
- 94.** É o princípio da proveniência que dá ao documento de arquivo a singularidade para diferenciá-lo de outros tipos de documentos.
- 95.** O princípio do respeito à ordem original preceitua que os documentos arquivísticos devem conservar o arranjo dado pelo seu produtor.
- 96.** Para que seja classificado como arquivo, um conjunto documental deverá ser acumulado por uma pessoa física ou jurídica durante o desenvolvimento de suas atividades.
- 97.** O documento de arquivo deve estar relacionado ao contexto criador, ou seja, às funções e atividades que lhe deram origem.
- 98.** Designam-se os documentos como ostensivos ou como sigilosos de acordo com a natureza do assunto de que tratam.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS*Ricardo Campanário*

- 99.** O estoque virtual de uma matéria-prima consiste na soma do seu estoque mínimo com as suas encomendas.
- 100.** Para controlar o estoque de materiais, o ponto ou nível de ressuprimento de matéria-prima deve estar situado entre os estoques máximo e mínimo.
- 101.** À fase de recebimento competem quatro etapas: entrada de materiais; conferência quantitativa; conferência qualitativa; e regularização.
- 102.** Quando da guarda de itens em prateleiras, os mais leves devem permanecer nas prateleiras superiores.
- 103.** A requisição para retirada de materiais do almoxarifado deverá ser entregue ao encarregado desse setor com a assinatura do requisitante, que, por sua vez, deve ocupar cargo que preveja a possibilidade de retirada de materiais mediante requisição formal.
- 104.** A avaliação dos fornecedores é responsabilidade exclusiva dos órgãos de compras.
- 105.** A centralização de compras é recomendável para a aquisição de todos os produtos e serviços das empresas nacionais com atividade em diversas regiões do país.
- 106.** A função compras apresenta papel significativo no desenvolvimento do mercado fornecedor.

107. O procedimento por meio do qual é providenciado o retorno do óleo lubrificante usado aos centros produtivos para tratamento e neutralização do impacto ambiental é característico da chamada logística reversa ou logística verde.

108. O processamento de pedidos inclui-se entre as atividades primárias da logística empresarial.

109. No processo do tipo “empurrar em uma cadeia de suprimentos”, o início da execução ocorre em resposta a um pedido do cliente.

110. A distribuição física de uma indústria abrange as atividades do momento em que se recebe a matéria-prima do fornecedor, bem como a transformação da matéria-prima em produto acabado e a entrega do produto acabado ao cliente.

LEGISLAÇÃO APLICADA À POLÍCIA FEDERAL*Antônio Pequeno*

111. O crime de porte de arma de fogo (art. 14 da Lei n. 10.826/2003) é um crime de perigo concreto.

112. A respeito dos delitos tipificados na legislação extravagante, julgue o item a seguir, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

O porte de arma de fogo sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, ainda que a arma esteja desmuniada ou comprovadamente inapta a realizar disparos, configura delito de porte ilegal de arma de fogo.

113. Julgue o item que se segue, relativo ao estatuto do desarmamento

O registro de arma de fogo na PF, mesmo após prévia autorização do SINARM, não assegura ao seu proprietário o direito de portá-la.

114. De acordo com o entendimento da doutrina e dos tribunais superiores sobre o Estatuto do Desarmamento, especialmente quanto às armas de fogo, majora-se a pena em caso de crime de comércio ilegal de arma de fogo mesmo que se trate de armamento de uso permitido.

115. No que tange à segurança de estabelecimentos financeiros, julgue o item abaixo, com base na Lei n.º 7.102/1983.

Em estabelecimentos financeiros estaduais, a polícia militar poderá exercer o serviço de vigilância ostensiva, desde que autorizada pelo governador estadual.

116. De acordo com a lei 7102/1983, o transporte de numerário entre sete mil e vinte mil Ufirs poderá ser efetuado em veículo comum, com a presença de dois vigilantes.

117. Uma empresa comercializa determinado produto químico que pode ser utilizado como insumo na elaboração de substância que causa dependência química. Nessa situação, as atividades dessa empresa devem ser fiscalizadas pelo DPF, juntamente com o Exército Brasileiro.

118. O gerente de uma empresa de reciclagem de produtos químicos controlados tomou conhecimento de que um dos empregados da empresa desviava parte desses produtos, a fim de produzir, ilicitamente, entorpecentes. Nessa situação, caso não informe esse fato às autoridades competentes, o gerente incorrerá em infração administrativa e penal.

119. De acordo com a lei 10357/2001, a pessoa física ou jurídica que exerça atividade sujeita a controle e fiscalização deverá informar ao Departamento de Polícia Federal, no prazo máximo de vinte e quatro horas, qualquer suspeita de desvio de produto químico a que se refere esta Lei.

120. De acordo com a lei 12830/2013, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, julgue o item abaixo:

As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
